

Elétricas engavetam planos de construir usinas

Na área de energia elétrica, parcerias entre iniciativa privada e empresas estatais tendem a ocorrer nos grandes projetos de geração, como Belo Monte e Rio Madeira, duas usinas hidrelétricas que o governo estuda construir na região Norte. Para colocá-las de pé, seriam necessários mais de US\$ 5 bilhões em investimentos. Para viabilizar os recursos, uma ampla gama de investidores teria de ser reunida. Nos bastidores do setor, já se articula uma composição de empresas que ao lado da Eletrobrás daria sustentação ao projeto. Chamado de consórcio Abdib, reuniria grandes fabricantes de bens de capital, como ABB e Voith Siemens Hydro, além de outros investidores.

Além de o governo ter de bater o martelo sobre a construção das duas obras (cujo impacto ambiental na região Norte seria considerável, principalmente na usina de Belo Monte), só será possível levantar um projeto desses quando as regras do jogo estiverem definidas. Hoje faltam as duas principais variáveis fundamentais na equação dos investidores: o preço que o MWh terá no novo modelo e qual a rentabilidade mínima que esses projetos terão.

Sem respostas a essas questões, financiar o projeto será tarefa impossível. Não bastassem essas dúvidas, há outras variáveis que complicam ainda mais as parcerias e a existência de novos projetos na área: o risco regulatório hoje é muito elevado, diz um presidente de distribuidora.

Um exemplo, aponta ele, do risco alto é a indefinição do rumo que as agências reguladoras tomarão no novo governo e quem ficará com o poder concedente das novas licitações, Ministério ou agências. Teme-se que, se os ministros tomarem para si a responsabilidade, o poder estatal mantenha-se no centro de poder. O problema, diz o executivo, é que o modelo é híbrido, estatais convivem com agentes privados em todos os elos da cadeia.

Fora essas incógnitas, há um outro ainda mais grave, diz um executivo de uma grande multinacional que opera na área: a insegurança jurídica. "Um exemplo claro é a briga das operadoras para reajustarem suas tarifas como estava previsto no contrato. Até agora a questão está em aberto", afirma. "Aqui fica difícil até fazer arbitragem desses contratos", completa.

Diante do cenário complicado e das perspectivas ainda sombrias (demorará tempo para os investidores digerirem as mudanças a serem implementadas pelo novo modelo), novos projetos de geração deverão ficar nas gavetas, pelo menos, até o início do segundo semestre de 2004.

